



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO Nº 29 DE 2015-CN OFÍCIO “S” Nº 89 DE 2015

(OFÍCIO Nº 255 DE 2015, NA ORIGEM)

Encaminha, em cumprimento à Lei 12.396/11, art. 6º, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1º semestre de 2015.

DOCUMENTOS:

- Ofício nº 255/2015/PRESI-APO
- Relatório – 1º Semestre 2015



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

OFÍCIO Nº 29 DE 2015- CN
OFÍCIO "S" Nº 89 DE 2015

09 DEZ 2015

Ofício nº 255/2015/PRESI-APO

3 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CARLHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Palácio do Congresso Nacional Ed. Principal, Praça dos Três Poderes

70.165-900 – Brasília, DF

Assunto: Relatório de Atividades 1º Semestre 2015

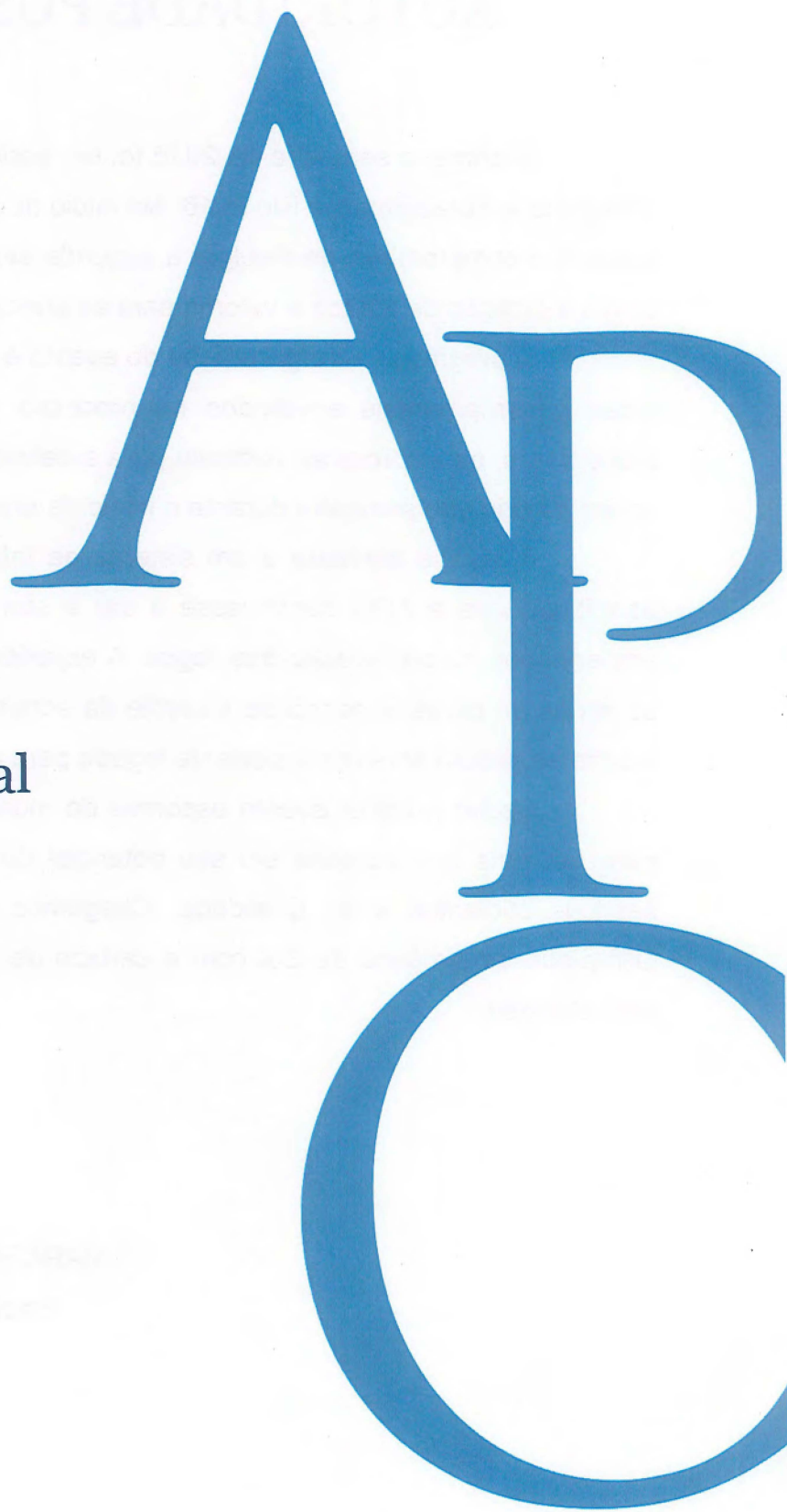
[Cód: 050.1]

Senhor Presidente,

1. A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, ratificou os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro para a criação do Consórcio Público, sob a forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. Essa Lei, nos termos do seu artigo 8º, foi regulamentada através do Decreto nº 7.560, de 08 de setembro de 2011, posteriormente alterado pelo Decreto nº 7.615, de 18 de novembro de 2011.
2. Leis estadual e municipal, respectivamente de nºs 5.949, de 13 de abril de 2011 e 5.260, de 13 de abril de 2011, também ratificaram o Protocolo de Intenções.
3. O artigo 6º da lei 12.396/2011 dispõe: **“A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional”**.
4. Atendendo a recomendação da comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado, contida no Parecer s/n, datado de 18 de março de 2014, informamos que no período do presente relatório não houve nenhuma demanda do TCU para a APO, com recomendações relacionadas à Matriz de Responsabilidades.
5. Nessas condições, em observância ao estabelecido no texto legal, encaminho a Vossa Excelência o anexo Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO no primeiro semestre de 2015.
6. Por meu intermédio, de seus dirigentes e corpo técnico, a APO coloca-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cordialmente,

ARI MATOS CARDOSO
Presidente Substituto



Relatório

Congresso Nacional

Primeiro Semestre de 2015



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

O primeiro semestre de 2015 foi um período de avanços na preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. No início do ano, a Autoridade Pública Olímpica (APO) cumpriu o compromisso de divulgar a segunda atualização da Matriz de Responsabilidades, com a indicação de prazos e valores para as principais obras olímpicas.

O progresso na organização do evento é resultado do trabalho integrado feito pelos entes governamentais envolvidos no processo. Com obras encaminhadas e dentro do cronograma, os esforços se voltaram para a definição dos serviços que começaram a operar no fim do primeiro semestre durante o início de uma série de eventos-teste.

A equipe alinhada e um sistema de informações em constante aperfeiçoamento permitiram que a APO continuasse a dar a sua contribuição na integração dos esforços empenhados na preparação dos Jogos. A experiência positiva que tem sido observada com as ações do primeiro consórcio tripartite da administração pública mostra que esse modelo inédito de gestão será um importante legado para a gestão pública do Brasil.

Sediar o maior evento esportivo do mundo é um desafio complexo, mas possível para um país que acredita em seu potencial de planejamento e entrega de estruturas e serviços eficientes e de qualidade. Chegamos à reta final da preparação da primeira Olimpíada da América do Sul com a certeza de que, juntos, podemos realizar um evento com sucesso.

MARCELO PEDROSO

Presidente APO



1

INTRODUÇÃO



“A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional.” (Art. 6º da Lei nº 12.396/2011).

No primeiro semestre de 2015, faltando pouco mais de um ano para a realização dos Jogos Rio 2016, é possível verificar o avançado estágio de execução das obras de infraestrutura necessárias aos Jogos.

Diante desta realidade, a Autoridade Pública Olímpica – APO entrou em nova fase ao priorizar o acompanhamento dos serviços necessários aos Jogos. Para isso, a APO iniciou, neste primeiro semestre, estudos visando à reformulação de sua estrutura organizacional. Começaram a ser elaborados um novo estatuto, organograma e regimento interno para aprovação ainda no ano de 2015.

Na primeira metade do ano, a APO prosseguiu também nas ações voltadas para a atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, além do acompanhamento das obras e serviços, conforme compromisso estabelecido pela Lei Federal 12.396, de 2011, bem como acompanha os demais projetos incluídos no Plano de Políticas Públicas – Legado, uma vez que o andamento dessas obras que foram antecipadas ou aceleradas por causa dos Jogos, traz impactos para a operação do evento.

O desafio de acompanhar todos os projetos envolvidos diretamente na construção dos Jogos Rio2016 é a principal missão de todos os servidores desta Autarquia, promovendo o estreitamento das ligações já estabelecidas nas entidades parceiras visando ao intercâmbio de informações sobre o andamento dos projetos olímpicos.

Desta maneira, os canais de comunicação com os entes participantes na organização dos Jogos tem se consolidado, fazendo com que as informações sobre o andamento das obras e serviços passassem a ser enviadas à APO de maneira rotineira. Isso permitiu que os servidores que trabalham diretamente na busca por informações pudessem focar seus esforços na formatação de produtos novos de qualidade, permitindo



aos gestores mais subsídios para a tomada de decisões e para articulação visando à solução de eventuais entraves.

O sistema de informações (Sistema APO) está consolidado, o pessoal, capacitado e totalmente familiarizado com o ambiente estabelecido. Assim, consideramos que, a partir de 2015, a APO passa da fase de estabelecer laços para a de estreitá-los, consolidá-los e utilizá-los em prol do cumprimento da missão institucional da Autarquia, que é garantir a totalidade dos compromissos assumidos junto ao Comitê Olímpico Internacional – COI.



2

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS



A. Organograma



B. Conselho Público Olímpico

No primeiro semestre de 2015 foram realizadas duas reuniões do Conselho Público Olímpico (CPO), sendo uma ordinária e uma extraordinária. Na primeira, foram tratadas questões referentes à exoneração e nomeação de membros do Conselho Fiscal, atualização da Matriz de Responsabilidades, Carteira de Projetos Olímpicos e o Plano de Políticas Públicas. Na segunda, exoneração e nomeação de membros do Conselho de Governança, apreciação do sistema APO de Acompanhamento de obras e serviços e aprovação do afastamento do país do presidente substituto da APO no período.

Os assuntos tratados no âmbito do Conselho Público Olímpico estão registrados em atas e resoluções disponíveis no site da APO.

C. Conselho de Governança

O Conselho de Governança reuniu-se em abril, quando opinou favoravelmente sobre as contas da APO referentes ao exercício de 2014 e sobre o Relatório Anual de Administração.

Os assuntos tratados no âmbito do Conselho de Governança estão registrados em atas e disponíveis no site da APO.



D. Conselho Fiscal

A Diretoria Executiva é responsável pelo acompanhamento das reuniões do Conselho Fiscal, que acontecem no final de cada mês, das quais participam: o Diretor Executivo, o responsável pela Superintendência de Gestão Corporativa - SGC, órgão subordinado à Diretoria Executiva, o responsável pela Contabilidade da APO, subordinada à SGC e o responsável pela Controladoria Geral. Nas pautas das reuniões realizadas entre janeiro e junho de 2015 estão os seguintes assuntos: exame das Atas e Resoluções, resultantes das reuniões de Diretoria Executiva e Diretoria Colegiada; análise dos processos licitatórios; análise dos demonstrativos contábeis e financeiros de cada mês; atualização sobre solicitações e atendimento aos órgãos de controle como Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria-Geral da União - CGU e outros; atualização sobre proposta de orçamento para a APO; apreciação do Contrato de Rateio; apresentação do Regimento Interno; entrega das certidões atualizadas - Dívida Ativa da União, INSS, Certificado de Regularidade junto ao FGTS, Adimplência no Cadastro de Créditos não quitados do poder público (CADIN).

Os assuntos tratados no âmbito do Conselho Fiscal estão registrados em atas edisponíveis no site da APO.

E. Presidência

A Presidência da Autoridade Pública Olímpica é responsável pela gestão da instituição composta por 5 diretorias, a Controladoria Geral que inclui a Auditoria, a Procuradoria Geral, a Assessoria de Comunicação e o Escritório de Representação em Brasília onde atuam assessores para funções específicas junto aos organismos do Governo Federal e representações internacionais. As diretorias são assim distribuídas: Diretoria Executiva, que coordena as ações das diretorias finalísticas, além de coordenar a Superintendência de Gestão Corporativa - SGC, responsável pelos setores administrativo e financeiro. As diretorias finalísticas são: Diretoria de Infraestrutura-DINFRA, Diretoria de Mobilidade-DIMOB, Diretoria de Operações e Serviços-DIOPS; Diretoria de Integração-DI. O trabalho do presidente consiste na gestão da instituição por meio das diretrizes repassadas



ao Diretor Executivo e às diretorias, participação em reuniões colegiadas com a Diretoria Executiva, composta por todas as diretorias, a SGC, a Controladoria, a Procuradoria Geral e a Assessoria de Comunicação.

No período que compreende os meses de janeiro a junho de 2015, o Diretor Executivo da APO acumulou, a partir de janeiro, conforme previsto no Estatuto da APO¹, as funções de Presidente substituto, pela vacância do cargo. Por esse motivo, o relatório engloba, as ações das duas áreas, ou seja: Diretoria Executiva e Presidência.

¹ “Art. 10. Ao Presidente incumbe a representação legal da APO, bem como a coordenação e superintendência de suas atividades.

(...)

Parágrafo quarto - No caso de vacância do cargo de Presidente da APO, caberá ao Diretor Executivo substituí-lo até que seja nomeado novo titular, na forma da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Consórcio Público.”



No primeiro semestre de 2015, o presidente substituto participou de diversas reuniões com os entes consorciados (União, Estado e Município), com o Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paraolímpico Internacional (IPC).

Vale destacar a agenda oficial do COI e do IPC neste primeiro semestre conforme calendário abaixo:

EVENTO		DATA	
Classificação	Tipo	Início	Término
8º CoCom – COI	Coordination Commission (CoCom) – COI	23/02	25/02
Reunião COI – TICR	Transport Infrastructure Construction Review (TICR)	11/03	13/03
Reunião COI – ICPR	Interim Construction Progress Review (ICPR)	06/04	09/04
11º PR – COI	11º Project Review	20/05	21/05

Conforme definido na Carta Olímpica, a Comissão de Coordenação é nomeada pelo Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) para cada edição dos Jogos com o objetivo de gerir e implementar as relações de trabalho entre o Comitê Organizador Local, Federações Internacionais e Nacionais.

O Coordination Commission-CoCom é a reunião que conta com a presença do Ministro do Esporte, do Governador, do Prefeito, do Presidente da APO e do Presidente do Comitê Rio2016. Geralmente reúne-se duas vezes por ano. Reunião tem um perfil político e estratégico. No final da reunião é realizada uma coletiva de imprensa.

O Project Review – PR é a reunião de acompanhamento dos projetos Olímpicos presidida pela Sra. Nawal EL MOUTAWAKEL. Tem um perfil mais técnico, mas também conta com a presença do Ministro do Esporte, do Governador, do Prefeito, do Presidente da APO e do presidente do Comitê Rio2016.



Transport Infrastructure Construction Review TICR e Interim Construction Progress Review - ICPR são reuniões de acompanhamento do progresso do Projeto Olímpico na área de transporte e infraestrutura pelos técnicos do COI junto aos técnicos envolvidos nos projetos. As informações coletadas nessas reuniões servem de insumo para o Project Review e o CoCom.

- Reuniões de Diretoria Colegiada:

Foram realizadas, entre janeiro e junho de 2015, seis reuniões de Diretoria Colegiada, em que foram discutidas questões relacionadas com os seguintes temas: atualizações da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; definições sobre encaminhamentos de questões ao CPO; aprovação da manifestação técnica sobre o Regime Diferenciado de Contratação; aprovação de Resoluções Normativas sobre questões administrativas da APO; aprovação da metodologia para acompanhamento de obras e serviços pela APO; aprovação de portaria que institui o Sistema de Informação ao Cidadão - SIC; aprovação do Plano de Contingência da APO que tem como finalidade atender a Lei 12.396/2011; aprovação do Planejamento Estratégico; aprovação a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC/APO), oferecendo as diretrizes e os fundamentos da estrutura normativa de segurança da informação da entidade e direcionando a APO no que diz respeito à gestão dos riscos de TI e ao tratamento dos incidentes.

F. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Autoridade Pública Olímpica é responsável pela coordenação das ações das diretorias finalísticas, a saber: Diretoria de Infraestrutura-DINFRA, Diretoria de Mobilidade-DIMOB, Diretoria de Operações e Serviços-DIOPS; Diretoria de Integração-DI, e a Superintendência de Gestão Corporativa-SGC, responsável

pela administração e finanças. O trabalho consiste na coordenação de reuniões semanais do colegiado da Diretoria Executiva, composto pelas diretorias finalísticas, SGC, Controladoria, Procuradoria Geral e Assessoria de Comunicação.

No primeiro semestre de 2015 foram realizadas dezesseis reuniões de Diretoria Executiva, quando se discutiram questões relacionadas com os seguintes temas: encaminhamentos resultantes das reuniões de alinhamento com o Prefeito do Rio de Janeiro; atualizações da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; definições sobre encaminhamento de questões ao CPO; consolidação do Plano de Providências Permanentes, a ser encaminhado à CGU; aprovação da atualização da Metodologia para Acompanhamento de Obras e Serviços (Sistema APO); aprovação de normas e procedimentos: Norma para Concessão de Diárias e Emissão de Passagens, Norma de Uso dos Serviços de Transportes no Âmbito da APO, Norma de Uso do Cartão Corporativo, Manual de Auditoria Interna; elaboração do plano de ações da APO, decorrente do Planejamento Estratégico; análise e aprovação de contrato para aluguel de veículos; alinhamento interno sobre os assuntos tratados nas reuniões realizadas com o COI, IPC e o Comitê local – Rio2016;;; aprovação da etapa de Relacionamento Institucional do Planejamento Estratégico; deliberação quanto a participação nos jogos Panamericanos e Parapanamericanos em Toronto-Canadá; deliberação sobre a participação da APO nos Eventos Teste; alinhamento das informações disponibilizadas pelos entes sobre a Baía de Guanabara; atendimento às recomendações dos organismos de controle (TCU/CGU); alinhamentos sobre os assuntos que deverão ser tratados no âmbito do Comitê Executivo-COMEX e do Comitê de Coordenação-COMCOORD, criados em conjunto com os entes e o Comitê Rio2016 para deliberação dos assuntos olímpicos; relato das diretorias finalísticas sobre o acompanhamento dos projetos; aprovação do Plano de Contingência da APO; aprovação do orçamento da APO; apreciação da Prestação de Contas da APO; apreciação das atualizações do Sistema de Acompanhamento da APO; aprovação da revisão do Regimento Interno da APO.

G. Diretoria de Integração

Com a missão de desenvolver ferramental e mecanismos de acompanhamento e processamento das informações concernentes à realização dos Jogos, a Diretoria exerce atividades na área de tecnologia e, também de gestão de informações. Está organizada em duas superintendências: Gestão da Informação e Tecnologia da Informação.

No final de setembro de 2014, foi aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período 2014/2016, visando a assegurar uma infraestrutura tecnológica ajustada às necessidades da Autarquia. Tal instrumento de planejamento, considerando tratar-se de uma instituição não permanente, previu que as principais ações de estruturação dos recursos computacionais, contratação de serviços, desenvolvimento dos sistemas e montagem das equipes de trabalho ocorressem no seu primeiro ano de execução.

Contratações de equipamentos efetivadas, principalmente, no final de 2014 possibilitaram a instalação, logo nos primeiros meses do ano, de Centros de Processamento de Dados e de soluções de visualização digitais multimídias e audiovisuais nos escritórios do Rio de Janeiro e de Brasília, como Videowalls e o incremento de televisores e equipamentos de videoconferência.

Ressalte-se que as responsabilidades da Instituição estão fortemente baseadas na intensa rotina de troca de informações, reuniões de articulação e de acompanhamento dos planos, projetos e ações para os Jogos, trabalho realizado tanto entre seus técnicos (internamente) quanto com pessoas de outras instituições, principalmente vinculadas aos entes consorciados (externamente). Nesses processos, a disponibilidade de ferramental para auxiliar os envolvidos em atividades de integração e articulação é considerada estratégica e, na configuração do PDTI, representou a identificação e a eleição de recursos para a composição de ambientes de trabalho que facilitem a exposição e visualização de dados e informações sobre os projetos acompanhados, em formatos diversos e oriundos de fontes variadas, facilitando os trabalhos conjuntos. Conforme definido no Planejamento Estratégico, a missão da Autarquia é a de “integrar e facilitar a participação da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro, entes governamentais consorciados, na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo País perante o Comitê Olímpico Internacional”. Na identificação da melhor estratégia competitiva para a



organização, foram estabelecidos objetivos e macroações estratégicas, dentre estas, a de “elaborar estratégia orientada à excelência e transparência em comunicação institucional com as partes relacionadas”.

Considerando fatores como custo, funcionalidades e segurança, em março de 2015 foi contratado serviço de hospedagem para o site da APO, oferecendo suporte adequado às estratégias de divulgação institucional, inclusive nas redes sociais.

A aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC/APO) ofereceu as diretrizes e os fundamentos da estrutura normativa de segurança da informação da entidade, direcionando a APO no que diz respeito à gestão dos riscos de TI e ao tratamento dos incidentes.

O desenvolvimento de sistemas de informação é realizado por equipe própria no formato de softwares públicos e gratuitos, os quais instrumentalizam o atendimento às necessidades da área meio e, principalmente, das atividades finalísticas. No PDTI, foi prevista a construção de sistemas de informação constituintes de uma plataforma única de banco de dados integrado chamado “Sistema APO”, com módulos de acesso a cada sistema específico. No primeiro semestre de 2015, foi possível atingir a meta de desenvolvimento prevista no plano, com a implementação de sistemas de informação para suporte de atividades como o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), o acompanhamento de prazos e a organização de informações relativas a demandas externas, além de controle do atendimento de chamados de suporte técnico em informática.

O “Sistema APO” foi concebido desde o início como instrumental (método e ferramenta) capaz de unir todos os colaboradores da área finalística em um mesmo sistema de informações, fruto de esforços tanto de programação de TI quanto de gestão de informações. Esse passo foi considerado essencial para a integração e a gestão do conhecimento. Indispensável, também, para o desenvolvimento e a consolidação de uma cultura organizacional pautada nos valores da Instituição. O Sistema vem recebendo novas funcionalidades e níveis de integração, dispondo de recursos que permitem à Autarquia sintetizar informações gerenciais estratégicas, destinadas ao assessoramento tempestivo e oportuno dos gestores.

Em especial, destaque-se que foram acrescentados aos painéis de infraestrutura (interfaces executivas de informações), ambientes de consolidação de informações sobre o planejamento de operações para os Jogos, tais como: a) sobre os percursos e as



operações da Tocha Olímpica e da Tocha Paraolímpica; b) abordando recursos disponíveis para a prestação de serviços de Dados Meteorológicos pelos entes públicos durante os eventos-teste e os Jogos; c) sobre o planejamento de Acomodações para os Jogos; d) sistematizando dados de planejamento dos Eventos-teste. Esse tipo de exibição de informações revelou-se valioso no alinhamento interno das equipes de trabalho e em ações de interlocução junto aos entes, com o objetivo de facilitar essas articulações.

Tal como previsto, o avanço nas etapas de preparação para os Jogos demandou a estruturação de módulo do Sistema centrado no acompanhamento estratégico dos planejamentos operacionais dos entes para os eventos-teste e para o período dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

A base conceitual das atividades finalísticas, exercitada pela Instituição desde o ano de 2014, foi formalizada com a aprovação pela Diretoria Colegiada, em abril de 2015, da “Metodologia para Acompanhamento de Obras e Serviços pela Autoridade Pública Olímpica”. O objetivo primordial é possibilitar, no campo estratégico, o monitoramento da execução de projetos e bases para a consolidação de planejamento integrado de obras e serviços. Apresenta substratos, também, para o cumprimento de outras finalidades institucionais previstas na legislação, como o planejamento do uso do legado, a elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos, a interlocução nos casos de impasse.

Os trabalhos de gestão da informação realizados pela Diretoria se integram às atividades das demais unidades da APO na produção de conhecimento orientado às necessidades dos Jogos, com interface em todas as etapas desse processo. Essas frentes de atuação contribuem para a constituição de base técnica que permita à Instituição articulações e estratégias de mobilização da governança em torno dos temas acompanhados.

O constante alinhamento metodológico da equipe tem por objetivo garantir a manter as unidades com atuação finalística na mesma cadência, alinhadas por conceitos e procedimentos comuns. As orientações abordam aspectos de conformidade de processos e integração de conteúdos. Outra frente investe na rotina do fluxo de informações, interna e externamente, colaborando na coleta de dados junto aos entes consorciados e ao Comitê Rio 2016. Por fim, na configuração de produtos de interesse das articulações e intermediações da APO junto à governança, a Diretoria se dedica à

configuração e elaboração de produtos com caráter de integração, como estatísticas e outras análises setoriais, para difusão de informações interna ou externamente, para acompanhamento executivo.

H. Diretoria de Infraestrutura

No primeiro semestre de 2015, a Diretoria de Infraestrutura (DINFRA) desenvolveu suas atividades visando ao acompanhamento das obras de infraestrutura, promovendo reuniões e interlocuções entre os entes envolvidos, com o intuito de facilitar a preparação das arenas em todos os “clusters” olímpicos (Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã), a fim de atender os eventos-teste a serem realizados no segundo semestre deste ano.

Paralelamente a isso, incrementou reuniões nos grupos de trabalho de energia, de concessionárias e de telecomunicações, com o objetivo de ajudar os entes a tomarem decisões e a solucionar questões dessas áreas funcionais junto aos governos Municipal, Estadual e Federal.

O resultado desse trabalho pode ser observado no sucesso dos primeiros eventos-teste realizados neste ano, que mostrou que a infraestrutura das arenas estava adequada, dentro dos padrões olímpicos e paraolímpicos.

A Diretoria está organizada em Superintendência de Infraestrutura Esportiva, Superintendência de Obras e Instalações Não Esportivas e Superintendência de Serviços de Utilidade Pública, que tratam dos seguintes temas:

- Zona Barra da Tijuca

As obras de instalações esportivas estão sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro (PCRJ), sendo conduzidas pela Empresa Municipal de Urbanização (RioUrbe).

O Centro Olímpico de Treinamento (COT Halls 1, 2 e 3) teve suas obras iniciadas em julho de 2013 sem, no entanto, incluir o sistema de ar condicionado.

Nesse quadro, a APO emitiu a Resolução APO Nº 5, de 19 de dezembro de 2014, incluindo o ar condicionado na Carteira de Projetos Olímpicos, a fim de adquirir o referido sistema pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Posteriormente, em 06 de fevereiro de 2015, o Ministério do Esporte (ME) publicou o Aviso de Licitação (RDC) Presencial nº 1/2015.



A pronta resposta desta autarquia na emissão da resolução em questão possibilitou o rápido processo de aquisição do sistema de ar condicionado.

O Hall Olímpico 4 – Handebol – iniciou suas obras e está em franco desenvolvimento. Ao término do primeiro semestre de 2015, as obras encontram-se, aproximadamente, com 70% dos serviços executados.

O consórcio BEM, vencedor da licitação do Centro Aquático Maria Lenk para realização das obras, assinou com a Prefeitura o contrato em 13 de abril de 2015, com prazo estipulado em dez meses para realização do serviço. As obras iniciaram em abril de 2015

As obras do Centro Olímpico de Esportes Aquáticos também estão em estado bem avançado de execução.

No que se refere ao Campo Olímpico de Golfe, ao término do primeiro semestre de 2015, os serviços prestados se concentraram na manutenção para o crescimento e enraizamento da grama do campo e, construção do Club House.

Em novembro de 2014 foi lançado um novo plano de recuperação da obra do Velódromo pela construtora responsável pela instalação. O plano avançou até março de 2015, quando as obras voltaram a apresentar atrasos em função do ritmo lento da instalação das estruturas pré-moldadas das arquibancadas. Em maio de 2015, parte da obra ficou paralisada em função de uma fiscalização do Ministério do Trabalho para readequação das condições de segurança do local. No final do semestre, a obra iniciou a fase de instalação da cobertura, que permitirá o fechamento da estrutura e o prosseguimento das demais atividades, a fim de garantir, no segundo semestre de 2015, a instalação da pista de madeira.

A APO levou aos vários fóruns de governança, que reúne os entes envolvidos na preparação para os Jogos Rio 2016, a preocupação com o atraso das obras e a necessidade de cumprimento dos marcos da construção para permitir o cumprimento de prazos de preparação do evento-teste, em março de 2016.

Em relação às obras do Centro Olímpico de Tênis, no primeiro semestre de 2015 foi dado prosseguimento às obras da arena de dez mil lugares com a conclusão da estrutura de pré-moldados e da cobertura metálica.

- Zona Deodoro

No Complexo Esportivo de Deodoro serão realizadas as competições Olímpicas de Canoagem Slalom, Ciclismo BMX, Ciclismo Mountain Bike, Tiro Esportivo, Hipismo (três



modalidades: Concurso Completo, Adestramento e Salto), Hóquei Sobre Grama, Pentatlo Moderno, Rugby, Basquete (fase preliminar/feminino) e Paraolímpicas de Hipismo, Esgrima, Tiro e Futebol 7, perfazendo um total de 11 modalidades olímpicas e 4 paraolímpicas.

Para a realização dessas competições estão sendo construídas instalações que permanecerão como legado (Estádio Olímpico de Canoagem Slalom, Centro Olímpico de BMX, Arena da Juventude e Centro Olímpico de Hóquei Sobre Grama), instalações temporárias (Parque Olímpico de Mountain Bike e Estádio de Deodoro) e a readequação de instalações já existentes (Centro Olímpico de Tiro Esportivo, Centro Olímpico de Hipismo e o Centro Aquático de Deodoro).

Tomando como divisa entre as áreas a Avenida Duque de Caxias, as obras das instalações esportivas da Área Sul, basicamente as voltadas para as competições de hipismo, estão sendo conduzidas pela empresa IBEG e sua evolução está ocorrendo dentro do cronograma previsto, tendo, inclusive, a previsão de receber, no mês de agosto/15, o Evento-teste de Hipismo.

Por sua vez, as obras das instalações esportivas da Área Norte estão sendo realizadas pelo Consórcio Queiroz Galvão/OAS, evoluindo dentro dos cronogramas previstos e irão receber, no período entre outubro/15 a abril/16, oito eventos-teste. Cabe ressaltar que todas as obras das instalações esportivas estão previstas para serem entregues ainda no ano de 2015.

De todo o Complexo, a intervenção que requer maior atenção, por conta do seu cronograma de execução, é o Domínio Comum do Pentatlo Moderno, conjunto de obras previstas como temporárias e que englobam a construção da Praça dos Espectadores – local previsto para a concentração de grande parte da assistência, a construção de uma plataforma sobre a linha férrea da Supervia, que servirá como espaço de conexão entre as duas áreas do Complexo, e a construção de pontes sobre o Rio Marangá, córrego que corta a Área Norte em toda a sua extensão.

- Zona Copacabana

A DINFRA possui representantes atuando nos fóruns da Lagoa Rodrigo de Freitas e nos fóruns de discussões sobre a Marina da Glória. Durante o primeiro semestre de 2015, foram estudadas soluções e alternativas para a viabilização das instalações esportivas, atendendo aos requisitos ambientais, legais e esportivos.



As intervenções no Estádio de Remo da Lagoa, onde serão realizadas as competições de Remo e Canoagem (velocidade), foram analisadas e a responsabilidade pela execução de cada obra foi definida entre o Governo do Estado e o Comitê Rio2016, sendo executadas para realização do evento-teste.

Na Marina da Glória houve a continuidade da obra de reforma e adaptação do local para os Jogos Olímpicos. Ademais, houve a autorização da Superintendência de Patrimônio da União para as obras e instalação de novos píeres de atracação, embarque e desembarque. A reforma da parte terrestre está ocorrendo, com previsão de conclusão em janeiro de 2016. Já a reforma dos píeres, que foi iniciada em maio de 2015, tem previsão de conclusão em janeiro de 2016.

- Zona Maracanã

As atividades relacionadas à Zona do Maracanã abrangem o monitoramento das intervenções no entorno do estádio do Maracanã; a implantação de duas quadras de aquecimento no Maracanãzinho; planejamento das instalações temporárias do Sambódromo e a reforma do Estádio Olímpico (João Havelange -Engenhão) com a adaptação do seu entorno.

Por decisão do Governo do Estado do Rio, a reforma do Centro Aquático Júlio Delamare não será mais realizada em função do elevado custo das intervenções. Com isso, os jogos da fase preliminar do Polo Aquático serão realizados na Zona da Barra ou na Zona de Deodoro, ainda a ser definido pelo Comitê Rio 2016.

A DINFRA participou das reuniões de integração com os diversos entes e com o Grupo de Trabalho do Estádio Olímpico onde os principais obstáculos foram analisados e as alternativas para solução debatidas e encaminhadas.

- Instalações de Treinamento Games-Time

A disponibilização de locais para treinamento para as equipes durante os Jogos de 2016 faz parte dos compromissos assumidos no dossiê de candidatura da Cidade do Rio de Janeiro. Em sua grande maioria, as próprias instalações esportivas serão utilizadas para treinamento. No entanto, para fazer frente à demanda dos atletas serão oferecidos outros



locais que receberão investimentos do Governo Federal para o efetivo cumprimento do compromisso.

Para tanto, o Ministério do Esporte manteve entendimentos com o Exército, Aeronáutica, Marinha e a Universidade Federal do Rio de Janeiro e identificou os locais onde as novas instalações de treinamento serão construídas ou reformadas. Durante o primeiro semestre de 2015, a DINFRA participou das negociações acompanhando os processos de disponibilização orçamentária e de licitação. Foram escolhidas três instalações na Zona de Deodoro, duas na Zona do Maracanã e uma na Barra:

- Centro de Instrução de Gerició (CIG);
- 31º Grupo de Artilharia de Campanha (31º GAC);
- Universidade da Força Aérea (UNIFA);
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Educação Física (EEFD);
- Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN);
- Clube da Aeronáutica (CAER).

Quanto às instalações não esportivas, no primeiro semestre de 2015, a Dinfra participou de reuniões com o COI, Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal, Comitê Rio2016 e a empresa Ilha Pura Empreendimentos Imobiliários Ltda., com o objetivo de acompanhar as diversas tratativas e ações que permitissem o avanço na execução das obras, incluindo a busca de soluções para as questões de maior impacto na entrega das instalações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Os principais parceiros, nesse período, foram o Ministério do Esporte, por intermédio da sua Representação Regional, a Caixa Econômica Federal, o Consórcio Ilha Pura, a Empresa Olímpica Municipal (EOM) e o Comitê Organizador Rio2016.

Dentre os temas acompanhados, alguns merecem destaque:

- Vila dos Atletas

A APO fez visitas periódicas ao empreendimento, mantendo reuniões com a empresa Ilha Pura. A execução das obras cumpre o seu cronograma, indicando o cumprimento dos prazos estabelecidos.



- Parque Olímpico

Foram acompanhadas as obras civis do Parque Olímpico, relativas aos prédios do complexo de mídia (International Broadcast Center (IBC), Main Press Center (MPC) e hotel) e o domínio comum, incluindo visitas ao canteiro de obras do Parque Olímpico.

Para o pleno funcionamento do IBC, além da entrega da obra civil, tornam-se imprescindíveis as “instalações especiais”, que incluem sistemas de ar condicionado, instalações elétricas, escadas rolantes, que foram contratadas nesse primeiro semestre de 2015, pelo Comitê Organizador Rio 2016. O prazo de conclusão das obras e entrega da instalação, está sendo negociado com a Olympic Broadcasting Services (OBS), de forma faseada.

No que diz respeito ao Domínio Comum do Parque Olímpico da Barra, as redes de infraestrutura estão em execução. O progresso físico das obras apresenta um avanço dentro do cronograma previsto.

- Domínio Urbano do Complexo Esportivo de Deodoro

Concomitantemente com as instalações esportivas, estão sendo feitas melhorias em espaços públicos, como praças e vias, criando ligações de pedestres entre as instalações e requalificando os principais acessos ao Complexo Esportivo.

- Vila dos Tratadores

Como instalação não esportiva, porém de suma importância para os jogos, constrói-se ainda, na Área Sul, a Vila dos Tratadores que abrigará os tratadores e veterinários dos cavalos das competições de hipismo e que permanecerá como legado para o Exército Brasileiro. A previsão de entrega do último dos três blocos de 24 apartamentos está prevista para abril/2016.

- Energia Elétrica

Em continuidade aos trabalhos de disponibilização de infraestrutura de energia elétrica para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, frente à coordenação do GT Operacional de Energia, foram acompanhadas as obras de distribuição de média tensão para as instalações de competição, com geração de cronogramas de execução pela Concessionária local como também obras da Subestação Olímpica a cargo da Sociedade



Para fins Específicos – SPE Energia Olímpica contratada pelo Ministério das Minas e Energia.

Cabe salientar que as obras dos ramais de alimentação (principal e reserva) e da Subestação Olímpica foram concluídas em 31 de maio de 2015 com a energização de todos os transformadores e quadros de manobra, restando ainda pequenas intervenções de acabamento.

As demais obras de Média Tensão a cargo da Light encontram-se dentro do cronograma estabelecido, e estão sendo entregues à medida que as instalações elétricas internas das instalações esportivas estão sendo concluídas.

Frente à assunção de responsabilidade no provimento de Energia Temporária pelo Governo Federal do Comitê Rio2016, foi iniciado o acompanhamento da avaliação das especificações técnicas para contratação pelo Ministério de Minas e Energias.

Paralelamente, como melhoria de processo, estabeleceu-se modelo de monitoramento periódico das obras de energia e foi iniciada a discussão do modelo de operação da infraestrutura de energia elétrica, para que seja avaliado nos eventos-teste.

- Telecomunicações

No primeiro trimestre de 2015, a coordenação do GT Telecomunicações, por definição no Geolimpíadas, Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 criado pelo decreto 13/2012, passou a ser de responsabilidade do Ministério das Comunicações. Assim, no âmbito de suas atribuições, a APO promoveu a integração dos entes na execução das ações coordenadas pelo Ministério das Comunicações, para garantir o atendimento aos requisitos do COI, conforme compromisso assumido pelo governo brasileiro.

Com relação ao serviço de telefonia móvel, que será prestado durante os Jogos Rio 2016, em conjunto com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), buscou-se garantir a execução de análise dos níveis de qualidade dos serviços, que serão exigidos durante o evento.

- Saneamento e Distribuição de Gás

Com o objetivo principal de proporcionar a integração dos projetos e a compatibilização dos cronogramas das obras de infraestrutura previstas, a APO atuou na coordenação do GT Concessionárias, promovendo a interlocução entre os entes



governamentais e os representantes das diversas concessionárias de serviço público, fazendo a sincronização das obras das operadoras de telefonia com o projeto de obras de modernização da Prefeitura na região de Deodoro.

A priorização no entendimento das obras na região de Deodoro tornou possível, durante o decorrer do semestre, uma reflexão dos técnicos envolvidos sobre a infraestrutura proposta e obras de urbanização previstas, para o Domínio Urbano nas imediações das instalações olímpicas e seu uso no legado.

De forma continuada, foi efetuado o acompanhamento das obras de infraestrutura de serviços públicos na região da Barra.

I. Diretoria de Operações e Serviços (DIOPS)

No primeiro semestre de 2015, a DIOPS deu continuidade à articulação entre os Entes Consorciados, o Comitê Organizador dos Jogos, as demais organizações públicas envolvidas com os Jogos Rio 2016 sobre Sustentabilidade, Dados Meteorológicos e Oceanográficos, Segurança, Serviços de Saúde e Vigilância Sanitária, Eventos-Teste, Tributação, Aduana, Imigração e Credenciamento, Laboratório de Dopagem e Credenciamento – Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LBCD-LADETEC), Garantias, Proteção de marcas e propriedade Intelectual, Cultura, Eventos e Turismo, Acomodações e Plano de Uso do Legado. Esses temas, conforme detalhamento abaixo, são acompanhados pelas superintendências: Superintendência de Cultura, Eventos e Turismo, Superintendência de Sustentabilidade e Legado, Superintendência de Regulação e Superintendência de Segurança.

Eventos-teste

Um dos destaques da atuação da DIOPS ao longo do primeiro semestre de 2015 foi sua participação no planejamento dos primeiros eventos-teste para os Jogos Rio 2016. As competições de vôlei, triatlo, remo, hipismo, vela, ciclismo de estrada, maratona aquática e canoagem tiveram todo o processo de planejamento realizado entre janeiro e julho de 2015. Esse processo, capitaneado pelo Comitê Rio 2016, tem duração entre três e seis meses, variável de acordo com a complexidade e o número de serviços testados em cada evento. Além de ser o período ao longo do qual cada uma das áreas do comitê organizador define suas demandas internas e forma de atuação no evento, é a janela de oportunidade



para coordenação e integração entre o planejamento do próprio comitê e das entidades governamentais envolvidas na operação e na prestação de serviços públicos.

Nesse contexto, a APO, por meio da DIOPS, teve papel importante no processo de obtenção de alguns dos licenciamentos necessários à operação do evento, auxiliando na articulação entre o Comitê e alguns órgãos públicos, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC/RJ) e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

Além disso, pode-se destacar o trabalho efetuado pela APO junto às instâncias responsáveis pela prestação de serviços meteorológicos (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC/INPE; Instituto Nacional de Meteorologia – INMET; Marinha do Brasil), o que possibilitou um arranjo adequado para a prestação desses serviços durante os eventos. Vale frisar também a interlocução entre APO, Comitê Rio 2016 e agências reguladoras, sobretudo das áreas de saúde e vigilância sanitária, o que contribuiu para um melhor planejamento das operações a essas áreas relacionadas.

Em paralelo ao planejamento estritamente operacional dos eventos, o primeiro semestre de 2015 também foi um importante momento de avanço no desenho da estrutura de Coordenação, Comando, Controle e Comunicação (C4) que, liderada pelo Comitê Rio 2016, por meio do Main Operational Center (MOC), deverá funcionar como centro principal de consolidação e difusão de informações. A APO participou ativamente das discussões a respeito da melhor estrutura a ser utilizada durante os eventos-teste, tendo como horizonte o modelo a ser aplicado nos Jogos, e atualmente integra todas as instâncias táticas e estratégicas presentes no arranjo.

Saúde

A APO acompanha o andamento dos compromissos firmados no Dossiê de Candidatura relativos à estrutura de assistência à saúde a ser oferecida aos diversos grupos de clientes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos durante a sua realização. O principal fórum para a discussão dessas ações ao longo do segundo semestre de 2014 foi o GT Saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde.

Após a assinatura do Memorando de Entendimento para as Ações de Saúde, que inclui a Matriz de Responsabilidades das ações em saúde a serem desenvolvidas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos pelos entes e pelo Comitê Rio 2016, o foco no primeiro semestre de 2015 foi a realização de reuniões específicas com representantes dos órgãos diretamente envolvidos em cada tema para a elaboração dos diversos planos operacionais



integrados. Para tanto, reuniram-se periodicamente 4 subgrupos do GT Saúde, sempre com a participação da APO: (1) Em relação ao tema Atendimento Pré-hospitalar Móvel (Ambulâncias) houve êxito na pactuação de um modelo de operação envolvendo a responsabilidade compartilhada entre o Ministério da Saúde, responsável pela compra e financiamento do custeio das ambulâncias, e a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, responsável pelo plano operacional das ambulâncias, que se dedicou ao planejamento para cada instalação; (2) Sobre a sistemática de regulação dos serviços médicos durante os Jogos, foi aprovado o modelo proposto pela Prefeitura no qual o médico chefe da venue se comunica com o hospital de referência e este com a Central de Regulação Municipal. Os hospitais de referência serão da rede municipal e haverá unidades estaduais e federais de retaguarda. O GSE/SAMU ficou responsável pela remoção de espectadores acidentados fora do perímetro de segurança. (3) Em relação à Vigilância Sanitária, foi elaborado o Plano Operativo tripartite pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pela Superintendência de Vigilância Sanitária do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SUVISA) e pela Subsecretaria de Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro (SUBVISA) em fase de validação pelos entes; (4) No âmbito do subgrupo Riscos Epidemiológicos, Sanitários, Ambientais e Saúde do Trabalhador, cabe destacar a definição da estruturação e funcionamento do CIOCS (Centro Operativo Integrado de Ações Conjuntas da Saúde) e a evolução das tratativas para elaboração da estratégia em saúde pública para emergências por agentes QBRN envolvendo órgão de Saúde, Defesa e Segurança Pública.

Cultura

No início de 2015, com mudanças nas gestões dos órgãos de cultura nas três esferas do Poder Público (Ministério da Cultura, Secretaria de Estado de Cultura e Secretaria Municipal de Cultura), a APO realiza um conjunto de reuniões com os novos gestores e equipes a fim de transmitir e atualizar as informações referentes à organização das ações de cultura para os períodos olímpicos e dos Jogos. Nestes encontros, a APO propôs a retomada do GT Cultura, numa nova configuração (sem a participação em um momento inicial das cidades e estados do Futebol) e com uma agenda mais objetiva e propositiva de articulação e entrosamento do planejamento de cada um dos entes e focada especialmente na programação para a cidade do Rio de Janeiro. Como resultado, foi criado o novo Grupo Operacional de Cultura (GO Cultura), sob a coordenação do Ministério da



Cultura e com a participação da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria de Estado de Cultura, da Empresa Olímpica Municipal, da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro e da APO. O GO Cultura se reporta ao GT Cultura, Turismo e Imagem do Brasil vinculado ao GEOLimpfadas.

A APO acompanhou o trabalho do GO, onde foi realizada a sistematização das ações em planejamento de cada órgão. Uma ação com especial dedicação do Grupo foi o desenvolvimento da Maratona Cultural Cidade Olímpica, proposta no bojo do Grupo, que envolveu a estreita relação entre os entes públicos de cultura e as instituições privadas que atuam com produção e difusão cultural na cidade. A Maratona será o resultado de um esforço coordenado para construção de um calendário unificado de programação cultural, e está prevista para o início do segundo semestre durante as comemorações de um ano para os Jogos.

Além deste fórum, a APO manteve participação ativa no Grupo de Trabalho de Cultura, Turismo & Imagem do Brasil. Sob coordenação do Ministério da Cultura e com participação do Ministério do Turismo, Ministério do Esporte, Ministério das Relações Exteriores, Embratur, Apex Brasil e APO, o GT tem trabalhado para integrar as agendas dos entes federais no planejamento, organização e realização de ações de promoção da cultura, turismo e da imagem do Brasil no contexto dos Jogos Rio2016, de modo a aproveitar a oportunidade de posicionar a “marca Brasil” nacional e internacionalmente.

Quanto às agendas internacionais, em janeiro a APO participou, a convite do British Council e do King’s College London, como conferencista da The Art of Major Events Conference, ocorrida em Londres, Reino Unido, sobre o planejamento da cultura para grandes eventos.

Turismo

A atuação da APO na área de Turismo envolve o acompanhamento das ações de promoção turística, de requalificação e acessibilidade de pontos turísticos, do desenvolvimento dos programas do Look da Cidade e de Experiência do Espectador e do planejamento e estruturação para hospedagem dos turistas e a acomodação da família olímpica.

Em continuidade à agenda proposta pelo GT Turismo no final de 2014, a APO e o Ministério do Turismo realizaram, em fevereiro de 2015, o Seminário de Turismo que teve como objetivo a troca de informações atualizadas sobre o planejamento das ações de cada



um dos entes para 2016, identificando os pontos críticos, com vistas a definir um plano de trabalho compartilhado com atribuições de responsabilidades a cada ente. Ao longo de dois dias, apresentaram seus planejamentos os entes públicos de turismo dos três níveis de governo (Ministério do Turismo, Embratur, Secretaria de Estado de Turismo/TurisRio e Secretaria Especial de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro/RioTur) e as áreas funcionais do Comitê Rio 2016 que afetam a jornada do turista (Experiência do Espectador, Capacitação, Integração Paralímpica, Ticketing, Acomodações, Cultura, Comunicação e Voluntariado). Participaram também do Seminário representantes da Autoridade Pública Olímpica, do Ministério do Esporte, do Escritório de Gestão de Projetos da Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado – EGP-Rio e da Empresa Olímpica Municipal.

A APO manteve firme participação no GT Turismo, principal fórum de articulação na área de turismo. Após o Seminário, o Grupo, agora reorganizado como Grupo Operacional de Turismo (GO) vinculado ao GT Cultura, Turismo e Experiência do Espectador do GEOLimpíadas, manteve agenda de reuniões mensais onde monitora, avalia e atualiza dados referentes a projetos e ações de diferentes áreas que afetam a jornada do turista e do espectador, como sinalização turística, informação turística, hospedagem, conectividade, acessibilidade capacitação para serviços, entretenimento, segurança, transporte e promoção turística. O GO realizou algumas reuniões sobre temas específicos, como acessibilidade, acomodação e capacitação, para integrar informações com as outras áreas afins aos temas.

No âmbito do GT Cultura, Turismo & Imagem do Brasil, está em desenvolvimento uma estratégia articulada de promoção turística do Brasil no mundo, potencializada pela Agenda Olímpica. Também foi proposta a criação de uma “Casa Brasil” sob responsabilidade do Ministério do Turismo.

Eventos

O trabalho da APO nesse período voltou-se ao apoio à identificação e ao planejamento de ações de parcerias, através de reuniões com o Comitê Rio 2016 e com diferentes órgãos governamentais, que possam garantir a realização dos eventos previstos no Dossiê de Candidatura.

No tocante aos Live Sites, foi acordado entre Rio2016 e Prefeitura que o Comitê ficará responsável por dois Live Sites: Parque Olímpico da Barra e Complexo Olímpico de Deodoro; e a RioTur realizará três Live Sites: Parque Madureira, Campo Grande (Parque



Miécimo da Silva) e Região do Porto (chamado de Boulevard Olímpico). RioTur lançou edital para selecionar empresa para realização dos Live Sites de Madureira e Boulevard Olímpico. Em relação aos Live Sites previstos para cidades do entorno e cidades do Futebol, a indicação é aguardar as negociações com as respectivas prefeituras previstas para início do próximo semestre.

Ainda quanto aos Live Sites, a APO, Rio2016 e o Ministério da Cultura, em comum acordo, e tendo em vista a falta de definições operacionais do programa de Live Sites, decidiram por descontinuar os esforços em curso ao longo de 2014 para desenvolvimento de um programa específico de formação de mão de obra técnica, via Pronatec Cultura, para a produção dos Live Sites.

Em relação ao Revezamento da Tocha, foi consolidado o Grupo Especial responsável pela governança do programa, sob coordenação da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SAF), com a participação da APO, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Esporte, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Comitê Rio2016. O trabalho de governança viabilizou a articulação coordenada com as cidades de revezamento (aproximadamente 300 cidades em todo o país) que culminou com um grande evento em Brasília no início de junho com a presença dos prefeitos, governadores e Presidenta da República, seguida de reunião de trabalho de orientação e informação às cidades convidadas a integrarem a Rota do revezamento. O Grupo é o responsável por definir o envolvimento logístico e financeiro do Poder Público na operação do evento em áreas diversas como segurança, promoção turística, transporte etc.

Em relação às Cerimônias, a APO realiza um acompanhamento pontual e focado nos grandes marcos, como o lançamento da campanha de candidatos a voluntários para integrarem o elenco das cerimônias (em 15 de maio de 2015) e a sistematização operacional e logística de transporte e segurança.

O acompanhamento do desenvolvimento do programa de Voluntários do Rio2016 aponta a sua evolução para a fase de sensibilização e formação dos candidatos.

Capacitação

A APO articulou, junto ao Comitê Rio 2016, EOM e Casa Civil/RJ reuniões para tratar de capacitação. Foi identificado que o assunto não poderia ser tratado isoladamente,



sendo necessário tratá-lo em um escopo maior de força de trabalho, ou seja, foi necessário identificar primeiramente a demanda de contratação de mão-de-obra tanto de terceiros do Rio2016, como dos serviços da cidade. Além disso, foram observadas outras questões relacionadas à força de trabalho que precisavam ser tratadas e que extrapolavam o âmbito da capacitação.

Nesse período, o tema foi tratado principalmente no Grupo Operacional do Turismo, onde foram identificadas algumas demandas e apontadas as respectivas soluções. Foram acordadas capacitações em idiomas para a segurança pública pelo PRONATEC e a demanda de aperfeiçoamento de alguns serviços da cidade estão em análise no setor de qualificação do Ministério do Turismo.

Sustentabilidade

As questões de sustentabilidade são tratadas no âmbito do Grupo de Trabalho Sustentabilidade que é coordenado pela APO, tendo como integrantes o Governo Federal por meio dos Ministérios do Meio Ambiente, Esportes e das Cidades, o Governo Estadual, o Governo Municipal e o Comitê Rio2016.

Para tratar dos projetos que estão relacionados às águas, o Comitê Rio2016 vem se reunindo com a APO, Casa Civil do Governo do Estado, INEA, EOM, SEA, CEDAE, COMLURB, SMAC e RIO-AGUAS, debatendo os assuntos relacionados e traçando ações operacionais, algumas já em curso.

Atualmente, vem trabalhando junto aos entes para a atualização do Plano de Gestão de Sustentabilidade – PGS. Esta Superintendência, durante o primeiro semestre de 2015, realizou 04 (quatro) reuniões no âmbito do GT Sustentabilidade e participou de diversas outras reuniões convocadas pelos entes, em sua maioria no Comitê Rio2016. Tendo sido ainda desenvolvidas algumas atividades, tais como: a elaboração de Relatório Situacional sobre o tema Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016; criação da proposta de agenda positiva dos temas afetos a Sustentabilidade, elaboração da planilha de correspondência entre o PGS e o PAAIPP.

Olympic Games Impact (OGI) – Report

Os governos federal, estadual e municipal possuem o compromisso de fornecer dados para comporem as análises que serão feitas pelo Laboratório de Sistemas Avançados



de Gestão da Produção SAGE/COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e publicadas em quatro relatórios de impactos (R1, R2, R3 e R4) do Legado decorrente dos Jogos. A APO atua na coordenação do Subgrupo de trabalho OGI que é ligado ao GT Sustentabilidade. Esta Autarquia promove a integração dos entes visando ao fornecimento de dados para a confecção dos relatórios previstos.

O 1º relatório (R1) já foi publicado em Jan/2014. A APO coordenou, integrou e discutiu com os entes a definição de quais dados serão fornecidos pelo Governo para os indicadores que serão utilizados nos relatórios. O Relatório R2 encontra-se em fase de desenvolvimento, análise e elaboração. Necessita, ainda, da disponibilização, pelos entes das três esferas governamentais e Comitê Rio2016, dos dados necessários para comporem seu conteúdo. Foram solicitadas providências aos três níveis de Governo para validação e/ou correção dos dados contidos na planilha elaborada pelo SAGE/COPPE, visando à prestação de informações financeiras que servirão de insumos para o relatório R2 do OGI, que possui a previsão de publicação ainda para 2015.

Plano de Uso do Legado

Neste semestre, a APO, junto aos entes, realizou 02 (duas) reuniões no âmbito do Subgrupo de Trabalho PUL, tendo sido consolidado o Relatório R1 do PUL.

Esta Superintendência deu continuidade aos trabalhos de consolidação da planilha elaborada para a inserção das informações de legado pelos entes. É aguardado por parte do ME definição do uso do legado dos equipamentos esportivos construídos com verbas federais. Esta definição se faz necessária para prosseguimento do processo.

Dados Meteorológicos e Oceanográficos

O Memorando de Entendimento sobre os serviços e responsabilidades de cada representante do governo sobre o tema foi estabelecido e assinado por todos os entes, esclarecendo os papéis e interdependências na entrega dos serviços meteorológicos.

Duas boias meteoceanográficas foram adquiridas por meio do projeto de monitoramento da costa brasileira, SIMCOSTA, para coletar os dados oceanográficos necessários aos Jogos na precisão requerida pelo COI e pelas Federações Esportivas Internacionais. Essas boias foram encomendadas a uma empresa canadense e serão fundeadas no início do segundo semestre, antes dos eventos-teste.



A APO mantém o acompanhamento das questões referentes aos Dados Meteorológicos e coordena reuniões mensais sobre o tema com os principais autores do processo (INMET, CPTEC, INEA, SIMCOSTA, dentre outros).

Imigração e Credenciamento

A APO acompanha as ações referentes aos processos de credenciamento. O Rio2016 vem tratando as questões de segurança pertinentes diretamente com a Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos do Governo Federal (SESGE) e durante o primeiro semestre de 2015 negociaram a assinatura de um acordo de cooperação entre as entidades, ainda não assinado. A ABIN também é participante do processo, uma vez que os credenciados devem passar por pesquisa de antecedentes. O Rio 2016 pleiteia a alteração da Lei do Ato Olímpico para antecipar o período de dispensa de visto aos estrangeiros vinculados à realização dos Jogos Rio 2016 com o objetivo de oferecer maior prazo de entrada no país da força de trabalho que atuará nos Jogos. Está sendo analisada a viabilidade de atendimento do pleito.

Tributação e Aduana

Em relação ao tema, houve o compromisso à época da candidatura de oferecer um procedimento eficiente e rápido para os serviços aduaneiros destinados aos clientes dos Jogos 2016. Além disso, houve a garantia da entrada, do uso e da saída das mercadorias e dos serviços necessários para os Jogos com procedimentos simplificados e isenções referentes à alfândega, impostos e taxas de importação.

À vista disso, a APO tem realizado contatos e reuniões bilaterais, visando a acompanhar as ações realizadas pelo Comitê Rio2016 e articular soluções para a concretização dos compromissos assumidos. A APO também participa das reuniões do CTOE (Comitê Técnico de Operações Especiais) da Secretaria de Aviação Civil - SAC, onde são definidos os fluxos de chegadas e partidas de diversos equipamentos, animais e clientes dos Jogos.

Os fluxos de cavalos e cães-guia foram estabelecidos entre os membros do CTOE, e estima-se a finalização do fluxo dos procedimentos de entrada e saída de armas e munições em breve. Além disso, os representantes do CTOE finalizam as suas negociações para editar suas respectivas normas específicas para os Jogos. A Receita Federal publicou o



Guia Aduaneiro específico para os Jogos, o Ministério da Agricultura publicou diversos normativos e ainda estão previstas publicação de normas pelo MAPA, ANVISA, ANAC para o segundo semestre de 2015.

Em junho/2015, a APO e a Secretaria de Receita Federal do Rio de Janeiro promoveram Seminário para tratar dos aspectos tributários e aduaneiros envolvidos na importação durante a realização dos Jogos de 2016.

A APO também acompanhou a edição do Decreto 8.463, de 2015, que regulamenta a Lei 12.780, de 2013, que trata de medidas tributárias para os Jogos.

LBCD – LADETEC

No Dossiê de Candidatura, está o compromisso de que o LADETEC será reformado e terá capacidade para corresponder às necessidades futuras dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Desta forma, a APO tem acompanhado a evolução das obras e de toda a preparação associada à utilização desse laboratório como instalação destinada à realização dos testes de controle de dopagem.

É importante frisar ainda que, em setembro de 2013, a Agência Mundial Antidoping (WADA) descredenciou o antigo LADETEC como laboratório apto a realizar os exames de controle de dopagem por não atender às suas exigências técnicas. No entanto, como resultado da articulação efetuada pelos envolvidos no processo (Casa Civil da União, ME, MEC, dentre outros), o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) foi acreditado pela WADA em maio de 2015, em tempo hábil para atuar ainda nos eventos teste dos Jogos, que se iniciam em julho de 2015.

Ressalte-se que a WADA reavalia anualmente as creditações concedidas aos laboratórios. Dessa forma, a APO continua acompanhando as diversas ações referentes à preparação do Laboratório, auxiliando no planejamento e agilizando os procedimentos referentes à importação dos padrões de comparação e das amostras biológicas que serão utilizados nas análises.



Garantias

A APO acompanha, em nível federal, estadual e municipal, as discussões referentes à materialização das garantias e dos compromissos assumidos perante o Comitê Olímpico Internacional durante a fase de candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, incluindo o contrato de cidade-sede, conforme a legislação brasileira. O Comitê Rio 2016 preparou uma relação de solicitações legislativas que estão sendo avaliadas no respectivo nível governamental.

No âmbito federal, faz parte destas solicitações legislativas: 1) alterações na legislação de propriedade intelectual; 2) criminalização e combate ao cambismo; 3) regulamentação da venda dos ingressos; 4) antecipação dos prazos de credenciamento; 5) alteração do procedimento para produtos apreendidos, dentre outras. A Casa Civil da União está estudando as solicitações, a fim de definir quais delas são efetivamente fruto das garantias assumidas, e mantendo tratativas com os ministérios pertinentes a fim de atender ao pleito no que for possível.

Devido à fase atual, com predominância de discussões bilaterais, optou-se, no início de 2015, pela extinção do GT Garantias. No entanto, a APO mantém o acompanhamento das questões e auxilia no aprimoramento do relacionamento entre as Partes.

Proteção de Marcas e Propriedade Intelectual

Após a extinção do Grupo de Trabalho de Garantias, foi criado um grupo de discussão sobre Proteção a Marcas no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 (COESRIO), com maior ênfase nas questões operacionais relacionadas ao tema. O grupo é coordenado pela Polícia Civil e pelo Comitê Rio 2016, estando a primeira reunião agendada para o segundo semestre de 2015.

A APO mantém estreito relacionamento com a equipe de proteção a marcas do Comitê Rio 2016, a fim de acompanhar e auxiliar no que for necessário o cumprimento dos compromissos assumidos pertinentes ao tema.



Os Serviços de Segurança são aqueles que o Brasil se comprometeu a prestar para a realização dos Jogos, de acordo com as cartas-compromisso e o Dossiê de Candidatura, firmados por autoridades brasileiras, garantindo a realização de Jogos seguros.

A APO participa da busca de soluções oportunas, precisas e eficazes para as situações envolvendo as operações de segurança dos Jogos, em parceria com as instituições de Segurança Pública, Defesa Civil, Defesa Nacional, Inteligência, a fim de possibilitar a realização deste grande evento de forma segura e pacífica.

A integração das ações de planejamento da segurança dos Jogos se dá por meio das atividades dos diversos fóruns em andamento, com destaque para o Grupo de Trabalho Segurança, sob a coordenação da Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE/MD), da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 (COESRIO), sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJ) e do Grupo de Planejamento da Operação Integrada de Segurança de Instalação (Venue Integrated Security Operation – VISO), conduzido de forma compartilhada pela SESGE e pelo Comitê Organizador Rio2016.

Dessas atividades, participaram todas as instituições envolvidas, dos níveis federal, estadual e municipal. Foram elaborados planos estratégico, operacionais e táticos, para emprego interagências, bem como promovida a harmonia e articulação entre as ações de cada instituição. No período, foram concluídos 45 (quarenta e cinco) Planos Integrados de Segurança e Ordenamento Urbano de instalações de competição.

J. Diretoria de Mobilidade

A melhoria da infraestrutura de mobilidade é um dos compromissos que o Brasil assumiu para a realização dos Jogos e, associado a outras iniciativas, se converterá em um importante legado.

É atribuição desta Diretoria acompanhar a execução e a entrega dos projetos referentes à mobilidade, contribuindo para que os Jogos possam ser conduzidos de forma segura e pacífica. A Diretoria está organizada em Superintendência de Instalações e Mobilidade e Superintendência de Operações de Mobilidade que tratam dos temas cujo detalhamento se encontram a seguir:



- BRT

Os projetos relacionados ao BRT compreendem três sistemas, o BRT Transbrasil (ligação entre o centro da cidade e Deodoro), o BRT Transolímpica (ligação entre a Barra e Deodoro) e o BRT TransOeste trecho “0” (ligação entre o terminal Alvorada e a estação integradora de metrô). As obras têm bom andamento, com previsão de entrega conjunta em junho de 2016. A APO monitora o projeto por meio de relatórios periódicos e das reuniões entre o COI e os entes públicos.

- Metrô

O projeto do metrô segue em ritmo acelerado, mantendo o início da operação assistida para junho de 2016. O TBM (equipamento de escavação dos túneis em areia, vulgo “tatuzão”) chegou à estação Jardim de Alah. A finalização da escavação dos túneis está programada para dezembro de 2015. As obras do metrô são acompanhadas por meio de informes periódicos de evolução da obra, além de participar das reuniões entre COI e entes públicos, e visita técnica.

- Viaduto das Bandeiras

O Viaduto das Bandeiras contempla a ampliação da conexão entre Barra e Zona Sul, com novo viaduto de São Conrado, novo túnel do Pepino, novo elevado do Joá, novo túnel do Joá, nova ponte da Joatinga e ciclovia. A APO recebe cronogramas periódicos do projeto, e participa das reuniões entre o COI e os entes governamentais, onde o andamento da obra é acompanhado. A APO realizou visita técnica à obra, na qual teve a oportunidade de conhecer os elevados e os túneis.

- Porto

O Projeto Porto Maravilha integra um programa de revitalização e recuperação da infraestrutura urbana e de transportes, bem como de proteção do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural do município. A Concessionária Porto Novo, constituída pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, é a responsável pela execução das obras e prestação dos serviços da Operação Urbana Porto Maravilha.

O projeto de implantação do sistema Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), componente do Projeto Porto Maravilha, que ligará o centro da cidade à Região Portuária e

à Rodoviária, está composta por 32 paradas e quatro estações. Dividido em duas etapas, ambas em andamento, com previsão de término da primeira em 20/05/2016, e da Etapa 2 para 29/09/2016.

Quanto às obras de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitários para os navios de cruzeiro, não houve evolução e ainda se discute quem será o responsável pelas obras.

- Aeroportos

As atividades concernentes a aeroportos continuam sendo tratadas, principalmente, no âmbito do Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE), da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), e conduzidas pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. As reuniões de acompanhamento ocorrem mensalmente e participam, além dos diversos órgãos públicos ligados aos aeroportos internacionais, as autoridades aeroportuárias, a Autoridade Pública Olímpica e representantes do Comitê Organizador dos Jogos Rio2016.

Com relação à modernização do aeroporto do Galeão, as obras passaram a ser realizadas unicamente pela Concessionária RIOGaleão, com previsão de conclusão para abril de 2016.

Nos aeroportos de Brasília (Concessionária INFRAMÉRICA) e Guarulhos (Concessionária GRU Airport) as obras mais importantes foram concluídas.

No aeroporto de Confins o contrato com a empresa construtora foi rescindido pela INFRAERO e a execução das obras passará a ser realizada pela Concessionária BH Airport.

As obras de modernização nos aeroportos da INFRAERO (Santos Dumont, Salvador e Manaus) estão com as obras em ritmo lento, mas não deverão comprometer o evento em 2016.

A APO continuou acompanhando a elaboração do Plano Operacional de Transportes e Tráfego para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a cargo da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-RIO). Foram disponibilizados pela CET-RIO os primeiros produtos do Plano Operacional de Transportes e Tráfego para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, particularmente para os eventos testes de Copacabana e de Deodoro. O Plano irá projetar a necessidade de integração dos diversos sistemas de transportes que estão sendo implementados na cidade a fim de atender com oportunidade e eficiência aos diversos públicos que participarão dos eventos e jogos programados.



- Mobilidade nas Zonas Olímpicas

A questão da mobilidade nas Zonas Olímpicas foi acompanhada por intermédio da participação nas reuniões e de encontros com os entes, particularmente com a Casa Civil do governo estadual e com a Empresa Olímpica Municipal (EOM), ocasiões em que foram atualizadas as informações relativas ao tema.

Foram iniciadas as obras de renovação e acessibilidade nas estações ferroviárias olímpicas de São Cristóvão, Engenho de Dentro, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque. Madureira, que é uma importante estação da Supervia, embora não classificada como olímpica, também foi incluída nas reformas, principalmente na parte de melhoria de acessibilidade.

Em relação à revitalização do sistema ferroviário, dos 120 trens previstos para aquisição foram adquiridos 34, havendo a previsão de 12 entrarem em operação imediata ainda no 1º semestre deste ano.

Em relação à Zona Olímpica de Deodoro/Vila Militar, foram iniciadas as obras da pista de rolamento do BRT, na conexão da Transolímpica. Foi iniciada também a construção das estações BRT da Vila Militar e de Magalhães Bastos.

Foi mantida a continuidade no monitoramento mais intensivo, mediante o acompanhamento junto à EOM, à Consultoria de Patrimônio, Meio Ambiente e Obras do Exército (CPMAO) e à Assessoria dos Jogos Olímpicos do Exército (AJO), para tratar de mobilidade da Vila Militar.

L. Divulgação Institucional

O primeiro semestre de 2015 foi marcado por uma intensa agenda de atendimento de mídia e pelo lançamento do novo site da APO, que deu mais visibilidade às informações sobre o trabalho desenvolvido pela instituição na preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O mês de janeiro começou com a elaboração de material e preparação de portavoiz para a divulgação da segunda atualização da Matriz de Responsabilidades pelo então presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), general Fernando Azevedo e Silva. O evento teve ampla cobertura pela imprensa nacional e estrangeira nos dias seguintes, contribuindo para a transparência do orçamento dos Jogos.



A área de Comunicação elaborou apresentações e prestou assessoria ao presidente da APO em diversos fóruns, como o Seminário de Turismo para os Jogos Rio 2016 e a reunião da Comissão de Coordenação com membros do Comitê Olímpico Internacional (COI). Em ambos os eventos, realizados em fevereiro, foi feita entrevista coletiva para a imprensa para divulgação do andamento da preparação dos Jogos.

Em 17 de abril, na gestão do atual presidente substituto Marcelo Pedroso, a Comunicação lançou o novo site da APO com mais conteúdo, navegação intuitiva, visual leve e amigável, recursos de acessibilidade e adaptável a tablets e celulares. Com cores mais claras e destaque para fotos e manchetes, o site reúne as principais informações sobre a preparação dos Jogos. A reformulação foi pensada para atender às exigências de transparência do TCU e facilitar a navegação dos usuários.

Entre os novos conteúdos do site, estão listas dos esportes olímpicos e paraolímpicos e informações das regiões onde serão disputados. A área com conteúdo em inglês foi ampliada e criada nova área com informações em espanhol. Há ainda uma galeria de fotos com o andamento das principais obras. As fotos possuem texto alternativo para os programas de navegação para deficientes visuais. Foram incluídas também as opções de alto contraste e escala de cinza, além da funcionalidade de aumentar fonte, que já existia na versão anterior. No fim do primeiro semestre, o site apresentava aumento de 34% na média mensal de acessos, totalizando cerca de dez mil acessos em junho.

Com a reformulação do site, as redes sociais da APO também foram reforçadas. Twitter, Facebook, Instagram e Flickr estão em constante atualização e se integram com as páginas do site, que ganharam botões de compartilhamento com as principais redes e botão de configuração para versão de impressão de página.

No fim do mês de abril, a equipe de Comunicação da APO coordenou reunião com os assessores de imprensa dos três entes para a preparação de material de divulgação da primeira atualização do Plano de Legado dos Jogos, feita durante entrevista coletiva organizada no canteiro de obras do Museu do Amanhã, região portuária do Rio de Janeiro. O Plano de Legado é uma peça orçamentária dos Jogos que inclui investimentos e políticas públicas em diversas áreas que melhoram a qualidade de vida da população e foram antecipadas por causa da realização do evento na cidade. O presidente da APO foi um dos porta-vozes da coletiva, que contou com cobertura da imprensa nacional e estrangeira.

Ao longo do primeiro semestre, a Comunicação da APO participou de reuniões de dois grupos técnicos da área, sendo um formado por representantes dos entes



governamentais e Comitê Rio 2016, que discute a organização da agenda de eventos e alinha as principais mensagens relacionadas aos Jogos. O outro grupo é formado por assessores de imprensa de ministérios que compõem o Geolimpíadas, em Brasília. A equipe de Comunicação da APO foi convidada a integrar o grupo e colaborar na elaboração do planejamento de comunicação do governo federal para as Olimpíadas. Foi feita pela APO uma apresentação geral sobre os Jogos, orçamento, desafios da comunicação e o papel da instituição na preparação dos Jogos.

Nos seis primeiros meses do ano, foram atendidos diversos pedidos da imprensa para entrevistas. Entre eles, TV Globo, SporTV, ESPN, EBC, SBT, portal Brasil 2016, jornal O Globo, Valor Econômico, UOL, Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo, Revista Veja, Revista Exame, Revista Época, Globoesporte.com, Lance, O Dia, Agência Brasil, Agência Reuters, Emissora Pública Alemã e a TV TCU do Tribunal de Contas da União.

Foi organizada ainda pela Comunicação uma visita de 44 estudantes de Engenharia da Universidade de Lund, na Suécia, para conhecer a gestão dos Jogos e o sistema de monitoramento de obras e serviços desenvolvido pela APO. Visitas institucionais também receberam a assessoria da Comunicação, como foi a visita do cônsul-geral do Japão, próximo país a sediar os Jogos e interessado em conhecer o funcionamento da APO e o sistema de monitoramento de projetos e serviços.

Também foi prestada assessoria ao presidente Marcelo Pedroso em três audiências públicas na Câmara dos Deputados, Brasília, relacionadas à organização dos Jogos, contribuindo, mais uma vez, para a prestação de informações e esclarecimentos sobre a preparação do País para receber o maior evento esportivo do planeta.

Foram realizadas audiências nas comissões do Esporte, do Turismo e na comissão mista de Esporte e Meio Ambiente. Na primeira ocasião, o presidente da APO fez um balanço dos Jogos e, nas duas audiências seguintes, participou de debate sobre a Baía de Guanabara, palco das competições olímpicas de vela.

Em junho, foi prestada assessoria ao presidente da APO em evento realizado no Parque Aquático Maria Lenk, com participação da presidente Dilma Rousseff, para despedida dos atletas brasileiros que disputaram no Pan de Toronto. Na ocasião, foi anunciado o nome de Luiza Trajano em substituição a Henrique Meirelles na presidência do Conselho Público Olímpico para a imprensa que estava no local e a equipe de Comunicação prestou esclarecimentos sobre a composição do Conselho e suas atribuições legais.



O semestre foi concluído com a preparação de uma visita de assessores de imprensa do governo federal, que compõem o grupo de comunicação do Geolimpíadas, ao Rio de Janeiro, para conhecer o sistema de informações da APO e as instalações esportivas do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro. A visita, realizada no semestre seguinte, contou com o apoio da Empresa Olímpica Municipal (EOM) e teve como objetivo aproximar os assessores de imprensa dos três entes e facilitar o fluxo de informações durante a preparação dos Jogos.

A equipe de Comunicação da APO avalia que a instituição se consolida como fonte de informação de qualidade sobre os Jogos, tanto para a imprensa como para os órgãos de controle, e, a um ano do evento, se prepara para um ritmo ainda mais intenso de trabalho.



3

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



A Autoridade Pública Olímpica é classificada como autarquia em regime especial. Seu orçamento é contratual e decorre de repasses realizados por intermédio de compromissos assumidos por Contrato de Rateio, assinado pelos três entes, anualmente.

O orçamento da Autarquia se divide em duas partes, sendo uma classificada como dotação inicial, que representa os recursos integrantes do Contrato de Rateio (instrumento através do qual os Entes da Federação repassam os recursos ao Consórcio) e outra classificada como dotação adicional, que representa os recursos oriundos do superávit financeiro dos exercícios anteriores.

Os recursos executados no 1º semestre de 2015 foram os apurados no superávit registrado em 2014 e o orçamento aprovado pelo Conselho Público Olímpico, ainda em 2014, por intermédio da Resolução nº. 13/2014, publicada no sítio da APO com valor total de R\$ 46.892.330,40 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e quarenta centavos), discriminado da seguinte forma: R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões), para pagamento de pessoal, classificado como dotação adicional, e R\$ 25.892.330,40 (vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e quarenta centavos), para as demais despesas da Autarquia, classificado como dotação inicial.

Entretanto, o Contrato de Rateio de 2015, que deveria ser assinado no início do ano para cobrir despesas do exercício, não foi firmado até o presente momento, tendo, como valor total previsto, a importância de R\$ 25.892.330,40 (vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e trinta reais e quarenta centavos), para cobrir parte das despesas da Autarquia.

O demonstrativo da execução orçamentário-financeira, referente ao exercício de 2015, encontra-se anexo.



4

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE

A. Matriz de Responsabilidades dos Jogos

A Matriz engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização do evento. O documento relaciona projetos e responsabilidades pela execução e aporte de recursos, e está organizado agrupando obras e serviços relacionados às regiões olímpicas: BARRA DA TIJUCA, DEODORO, MARACANÃ e COPACABANA.

No dia 28 de janeiro de 2015, a APO, em parceria com a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, divulgou a segunda atualização da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016. O documento relaciona 56 projetos associados exclusivamente à organização e realização do evento, sendo que 75% dos projetos atingiram nível de maturidade acima de 3. Ou seja, os contratos foram assinados e as obras, iniciadas. O valor total do documento, nesta segunda atualização, é de R\$ 6,6 bilhões. Entre os principais destaques, estão os avanços na construção e adequação de instalações do Complexo Esportivo de Deodoro e em projetos de energia dos Jogos. Ao longo do ano, 86% dos projetos da Matriz apresentaram evolução no nível de maturidade ou na definição de responsável pelos recursos. A maior parte dos investimentos, R\$ 4,24 bilhões (64%), vem do setor privado. O restante, R\$ 2,37 bilhões (36%), é proveniente do setor público.

	Janeiro 2014	Julho 2014	Janeiro 2015
Projetos	52	52	56
Maturidade ≥ 3	46% (24 projetos)	71% (37 projetos)	75% (42 projetos)
Recursos	R\$ 5,6 bi	R\$ 6,5 bi	R\$ 6,6 bi

B. Carteira de Projetos Olímpicos

Acompanhando a Matriz de Responsabilidades, a Carteira de Projetos reúne obras e serviços selecionados pela APO como essenciais à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, atendendo às exigências gerais estabelecidas pelo COI.



Assim, integram a Carteira de Projetos as obras e serviços sob responsabilidade do Comitê Rio2016, conforme previsto em seu estatuto e que serão contratados com patrimônio próprio. Também contemplará aqueles cujos investimentos não seriam realizados caso a cidade do Rio de Janeiro não tivesse sido eleita para sediar os Jogos das XXXI Olimpíadas, no ano de 2016.

Assim como a Matriz de Responsabilidades, sua segunda atualização foi divulgada em 28 de janeiro de 2015.



5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O primeiro semestre de 2015 foi marcado por um desempenho funcional adequado e eficiente da APO. Os servidores atuaram em suas esferas de atribuições, promoveram articulação com os entes e, desta maneira, prestaram sua contribuição para o resultado final, utilizando as informações gerenciais fornecidas pelos entes e disponibilizando aos interessados por meio do sistema de informação.

Em relação à governança, consideramos que a gestão interfederativa está consolidada. Os órgãos de fiscalização e controle, como o TCU e a CGU, se tornaram importantes parceiros na busca dos resultados desejados. Atuaram, ambos, com muita precisão, colaborando decisivamente na construção de uma governança mais adequada.

Ainda existem projetos que recebem acompanhamento mais aproximado, mas sem que caracterize situação incontornável. Assim, o IBC, com seus equipamentos especiais, o Velódromo, o COT 1, e o Centro Olímpico de Tênis, já são alvos de adequada atenção para que não ocorram atrasos.

O avançado estágio das obras de infraestrutura para os Jogos, transcorridos seis anos da escolha da cidade do Rio de Janeiro para sua realização, torna evidente a capacidade brasileira de planejar e levar a cabo este -megaevento esportivo.

Considerando este cenário de estágio avançado das obras, é hora de nos preocuparmos com os serviços necessários aos Jogos. Por isso, a APO está mais uma vez inovando e construindo uma estrutura organizacional adequada para priorização do acompanhamento dos serviços e de suas respectivas operações.

Com tudo o que já foi feito e que ainda há por fazer, sabemos que os meses que se seguem até a abertura dos Jogos serão muito intensos, mas, avaliando as metas já alcançadas e considerando o envolvimento e disposição da dedicada força de trabalho que cuida dessa empreitada, continuamos com a certeza de que o Brasil promoverá um espetáculo de qualidade, seguro e eficiente.



ANEXO I

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Atualmente, a APO possui 29 contratos em vigor, dos quais 11 representam 90,45%

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2015							
DESPESAS REALIZADAS – Em Reais 1,0							
DESCRIÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
DIÁRIAS	22.382,89	16.421,44	39.984,56	36.394,45	14.915,77	29.820,66	159.919,77
MATERIAL DE CONSUMO	1.921,00	2.885,82	12.221,83	10.036,87	2.157,49	3.625,40	32.848,41
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	122.742,02	110.407,24	33.002,42	148.491,41	109.744,79	87.434,03	611.821,91
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA - JETONS	-	-	13.200,00	6.600,00	6.600,00	13.200,00	39.600,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	108.496,25	136.662,55	93.788,73	119.949,26	260.470,72	127.624,78	846.992,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	194.537,91	139.772,39	157.744,97	153.096,90	168.054,25	137.341,29	950.547,71
TOTAL CUSTEIO	450.080,07	406.149,44	349.942,51	474.568,89	561.943,02	399.046,16	2.641.730,09
DESCRIÇÃO							
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	337.558,82	34.888,00	549.954,26	-	-	-	922.401,08
TOTAL INVESTIMENTO	337.558,82	34.888,00	549.954,26	-	-	-	922.401,08
DESCRIÇÃO							
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	1.379.130,79	1.304.456,13	1.289.105,25	1.215.669,27	1.151.628,35	1.494.155,07	7.834.144,86
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	166.320,05	163.564,33	160.076,67	151.512,52	153.244,38	150.244,38	944.962,33
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	343.238,98	328.857,43	728.017,34	17.564,03	457.003,84	369.281,68	2.243.963,30
AUXÍLIOS – ALIMENTAÇÃO + TRANSPORTE	41.401,26	36.582,04	23.521,73	29.253,78	29.320,88	30.456,30	190.535,99
TOTAL DA FOLHA + ENCARGOS	1.930.091,08	1.833.459,93	2.200.720,99	1.413.999,60	1.791.197,45	2.044.137,43	11.213.606,48
TOTAL GERAL DO 1º SEMESTRE	2.717.729,97	2.274.497,37	3.100.617,76	1.888.568,49	2.353.140,47	2.443.183,59	14.777.737,65